

Athayde, Manaíra Aires

Os poucos poderes e a emigração portuguesa (de ontem e de hoje)

Études romanes de Brno. 2016, vol. 37, iss. 1, pp. 79-88

ISSN 1803-7399 (print); ISSN 2336-4416 (online)

Stable URL (DOI): <https://doi.org/10.5817/ERB2016-1-8>

Stable URL (handle): <https://hdl.handle.net/11222.digilib/135635>

Access Date: 08. 12. 2024

Version: 20220831

Terms of use: Digital Library of the Faculty of Arts, Masaryk University provides access to digitized documents strictly for personal use, unless otherwise specified.

Os poucos poderes e a emigração portuguesa [de ontem e de hoje]

Os Poucos Poderes and the Portuguese emigration [yesterday and today]

MANAÍRA AIRES ATHAYDE [mana_aires@hotmail.com]

Universidade de Coimbra, Portugal / Capes, Brasil

RESUMO:

No primeiro momento deste ensaio, tentaremos perceber como a obra *Os Poucos Poderes* – composta por fotografias dos anos 1960, poemas dos anos 1970 e somente publicada nos anos 1980 – pode nos ajudar a refletir sobre os acentuados fluxos migratórios portugueses que atravessaram aqueles períodos. Em uma fase seguinte, observaremos os desdobramentos da emigração portuguesa nas décadas subsequentes até chegar aos nossos dias. Diante desta nova vaga emigratória que Portugal vive atualmente, queremos entender que *imagens* ocupam hoje o lugar daquelas a que assistimos em *Os Poucos Poderes*.

PALAVRAS-CHAVE:

Os Poucos Poderes; emigração portuguesa; segunda metade do século XX; século XXI

ABSTRACT:

In this paper, at first, we try to understand how the work *Os Poucos Poderes* – composed of photographs of the 1960s, poems of the 1970s and only published in the 1980s – can help us to reflect on the Portuguese migratory flows that went through those periods. In a next phase, we observe the developments of Portuguese emigration in the following decades, until we reach the present day. Taking into account the migratory flow that Portugal currently lives, we want to understand what images are taking the place of the images presented in *Os Poucos Poderes*.

KEYWORDS:

Os Poucos Poderes; Portuguese emigration; second half of the twentieth century; twenty first century

RECEBIDO 2015–8–31; ACEITE 2016–2–8

O rosto marcado por percucientes rugas, lenço na cabeça, olhar para baixo, como que denunciando a pressa do andar que apenas podemos imaginar através da imagem. Ou a criança que olha diretamente para a câmara fotográfica, semblante exigindo de quem vê a foto a mesma retidão, a mesma frontalidade com que se é olhado. As 27 fotografias em preto e branco de *Os Poucos Poderes* estão povoadas dos “poucos poderes” daquela gente, registrada pelas lentes de Jorge Guerra no Cais do Sodré e ao longo da margem do Tejo, da Ribeira das Naus à zona de Alcântara. Lisboa. Era aquela a gente em dezembro de 1967. Era ela nos poemas de Ruy Belo e de João Miguel Fernandes Jorge. Como se diz no prefácio, poemas “legendas”, que cada um compôs para cada imagem. O livro – somente publicado em 1984, mas realizado nos anos 1960 e 1970 – tenta dar conta das problemáticas da grande vaga de emigração portuguesa daquelas décadas. A complicada conjuntura política e social do país, os últimos anos do salazarismo. Famílias separadas, os problemas de quem parte, de quem fica. O doloroso *futuro consignado*, visto na face daquele “miúdo triste que a tudo resiste” ou na “criança que me vê e que tens rugas” (Belo 1984: 28 e 27).

Aquelas imagens, aqueles poemas nos confrontam: “O que foi feito daquela gente?” A pergunta, em silêncio, ecoa. Chega aos nossos dias. Voltamos a questionar: “O que tem sido feito desta gente?” Esta gente que vive novamente o drama da emigração em massa. O assunto é bastante complexo e tem exigido uma série de esforços multidisciplinares. Por isso, diante das demandas de uma temática como esta e do espaço de que dispomos, a nossa proposta aqui se cinge ao intuito de, num primeiro momento, reaver em *Os Poucos Poderes* a possibilidade de *humanizar* os números que dão conta da vastidão do fluxo migratório nos anos 1960 e até meados dos anos 1970, não só contextualizando o fenômeno a partir de aspectos sociais e políticos, mas possibilitando recobrar, nessa ligação entre fotografias e poemas, uma certa atmosfera vivida naquele período. Depois, já num segundo momento, observaremos os desdobramentos da emigração portuguesa nas décadas seguintes até chegar aos nossos dias. Diante desta nova vaga emigratória que assola o país, o exercício será tentar perceber que *imagens* ocupam hoje o lugar daquelas a que assistimos em *Os Poucos Poderes*. Quando refletimos sobre este quase meio século, quais mudanças podem ser observadas na configuração do fluxo migratório português? Que “poucos poderes” essa nova geração de emigrantes partilha com os que ficaram nas fotografias?

1.

Começamos, pois, abrindo o livro *Os Poucos Poderes*. Logo na primeira fotografia¹, em que vemos um homem de cabeça baixa concentrando-se em amarrar o que parece ser um contentor de resíduos em frente a um armazém, diz-nos Ruy Belo²: “Assomas e assumes e há lumes / e

1 As fotos que acabaram constituindo *Os Poucos Poderes* resultam do primeiro projeto editorial de fotografia de Jorge Guerra, então intitulado *Lisboa, Cidade de Sal e de Pedra*, em diálogo com *Lisboa, Cidade Triste e Alegre*, conhecido livro de fotografias de Victor Palla e Costa Martins, publicado em 1959. Esse projeto inicial de Guerra, entretanto, acabou por não ser levado adiante e as imagens tomaram outro rumo, ganhando nova seleção e montagem em *Os Poucos Poderes*, onde a compleição de alguma forma zelou pela “sensibilidade ‘humanística’ claramente conjuntural” (Marques 2006) que se propunha em *Lisboa, Cidade de Sal e de Pedra*.

2 Lembremos que essa Lisboa a que Ruy Belo dá voz em *Os Poucos Poderes* foi por ele pleiteada inicialmente cerca de três anos antes no projeto *Lisboa*, que veio a ser publicado na revista *Flama* de 25 de julho de 1969, n. 1116/ano

mais que tudo estrumes nos costumes / de quem para seu mal nasceu em Portugal / [...] / e tens de buscar fora o mito da mulher virgem e loura / que havia nos teus olhos e não vês agora / e hoje já só tens noutros países / onde mais que no teu terás raízes / e nunca voltarás pois é falaz / procurar paz e só encontrar guerra” (Belo 1984: 19). João Miguel Fernandes Jorge também “lê” a cena como uma espécie de renúncia, como uma “Casa recebendo o abandono / durante o tempo / de minha vida” (Jorge 1984: 19).

No Portugal dos anos 1960 e 1970, a agricultura continuava a ser um setor tecnicamente atrasado, que sofria com os efeitos de uma deficiente distribuição de terras e com o êxodo da população rural para os centros urbanos. João Miguel Fernandes Jorge, com os versos para a oitava foto, denuncia: “Como vou gostar de falar / da minha terra / [...] / onde / trabalhando dia e noite ano após ano / quantias pesadas mas mal pagas vão ganhando.” (Jorge 1984: 32). Para a 17ª imagem, enfatiza: “Os portugueses, os de cabelo castanho, / divididos / por comunidades de marinheiros e comerciantes, / e populações agrícolas do interior” (*idem*, p. 51). Ruy Belo, na foto quatro, também revela: “eu que nasci no campo mas há muito que esqueci / as coisas que então vi e ao vê-las perdi” (Belo 1984: 24). A incapacidade de absorção de outros setores, entretanto, foi um dos principais fatores que levou essa mão de obra camponesa a procurar novas oportunidades no estrangeiro. Alguns países da Europa, como a França e a Alemanha, que no pós-guerra conheceram uma fase de aceleração do crescimento econômico, atraíram milhares de portugueses, que procuravam melhores condições salariais e qualidade de vida.

A partir da sétima fotografia, em *Os Poucos Poderes*, é que essa problemática da emigração se torna mesmo explícita, com uma imagem de três pessoas a carregarem pesadas malas no que parece ser um dos calçamentos da zona do Cais do Sodré. No poema de Ruy Belo, trata-se de emigrantes que enfrentam “as terras muito distantes onde muito antes / uns outros que não eles iam porque pátrias prometiam / a esses portugueses esses homens que infinitas vezes / jamais a Portugal voltavam e em distantes terras perduravam” (Belo 1984: 31). Outro curioso verso, que antecede a estes, chama-nos a atenção. Em “Não são quem eram antes são uns simples emigrantes”, a supressão da pontuação permite leituras semânticas distintas mas complementares provocadas pelo posicionamento da palavra “antes”: os emigrantes se tornaram “os outros” para os que cá permaneceram e, por isso, já não eram vistos por eles como os mesmos “comadres e compadres” de antes (o verso pode ser lido como: “Não são quem eram antes, são uns simples emigrantes”); em consequência, desvinculados, aos olhos dos que ficaram, de sua identidade nacional, mais não se tornaram do que “uns simples emigrantes” (a leitura correspondente seria: “Não são quem eram, antes são uns simples emigrantes”). Muitos emigrantes, além de passarem de um mundo rural português para centros urbanos de países que sofriam um processo de modernização que Portugal desconhecia, ao mesmo tempo em que eram desmembrados de uma realidade local, acabavam por viver em sociedades nas quais tinham dificuldades de ser integrados social e culturalmente. Não são raros os depoimentos de portugueses que emigraram que se lembram de como as esferas sociais muitas vezes impediam que emigrantes fizessem parte de famílias francesas, através do casamento, por exemplo, ou conhecessem “por dentro” o modo de vida francês.

XXVI. Aliás, se *Os Poucos Poderes* existiu, sobretudo se existiu com a colaboração de Ruy Belo, foi em razão daquele trabalho. Como João Miguel Fernandes Jorge relata em seu texto de apresentação do livro, o escritor José Sasportes, que viria a assinar *Os Poucos Poderes* como coordenador da edição, apresentou-lhe as fotografias de Jorge Guerra e, ao ver essas fotografias, ele se lembrou de outras, justamente as que Ruy Belo havia legendado para a *Flama*.



Outro ponto fundamental da análise desse fenômeno da emigração portuguesa naquelas décadas é a situação política do país³. Muitos procuravam fugir não só às condições de pobreza, mas à Guerra do Ultramar, que perdurou de 1961 a 1974, e à forte repressão política-ideológica desencadeada pelo regime salazarista, assente por mais de quatro décadas. A denúncia explícita desse Estado repressor está em *Os Poucos Poderes* em versos de Ruy Belo como “mãos agressivas e por isso vivas / capazes de matar o tempo que passar / e até algum tirano que sucede a outro tirano / uns após outros dia a dia de ano em ano / prolonga a tirania como há muito não se via / [...] / homem que em vão labuta pois perdeu a luta” (Belo 1984: 20) ou “Ó gente do meu povo nata já no estado novo / gente desse Portugal velho que tão tristemente olho / [...] / ó gente aprisionada e autocensurada” (*idem*, p. 36), para a segunda e a décima fotos, respectivamente. Estamos diante aqui do

[...] mal-estar de um homem que, ao longo da vida, tem pagado caro o preço de ter nascido em Portugal; a problemática de uma consciência que sofre as contradições próprias da sociedade em que vive e de um homem que tem atrás de si vários passados e vive várias vidas simultaneamente e que intensamente se autodestrói; que se vai suicidando lentamente porque essa sociedade o destrói e assassina e o censura e a censura se instala na sua própria consciência (Belo 2009: 497).

Já de forma mais sutil, assentam-se os versos de denúncia de João Miguel Fernandes Jorge em *Os Poucos Poderes*, como vemos em “Rua do Arsenal (aqui morreu o rei) Campos das Cebolas / (auto-de-fé) S. Paulo Cais do Sodré Rua do Alecrim (em / frente ao Tejo) Terreiro do Paço (alguns ministros / ratos e cacilheiros)” (Jorge 1984: 23). O *enjambement* do penúltimo para o último verso, separando a palavra “ministros” da palavra “ratos”, provoca a leitura ambígua, em que se pode ler como se existisse uma vírgula entre os dois semantemas, encadeando as palavras sequencialmente (ministros, ratos e cacilheiros), ou como se a palavra “ratos” fosse adjetivo para “ministros”. Outro exemplo dessa sutileza de escrita está no poema para a quarta imagem: “A gente pergunta porque há pedras e porque não há / olhos em vez de pedras. / A ordem terá fim. / Sobre a cidade sobre o coração.” (*idem*, p. 24). A ordem de um regime que, totalitário e por conseguinte desumanizado, tem pedras no lugar de olhos.

Desses “olhos de pedra”, precisamente, é que as imagens de Jorge Guerra tentam dar conta: “Lisboa é uma cidade barulhenta como nenhuma, mas também um pouco triste. Nos anos 1960, para além disso, havia a guerra em África, uma economia completamente desprovida de sentido, as pessoas a viverem com meia dúzia de tostões...”, dirá o fotógrafo (*Expresso On.line*, 2000). Além das fotografias em plano fechado com homens, mulheres e crianças a serem fotografadas de perfil ou defronte, encontramos muitas outras em plano aberto conjunto, onde vemos cenas cotidianas da região, com as pessoas em suas ações diárias, como trabalhadores do cais embarcando e desembarcando mercadorias, vendedores ambulantes, viajantes com as suas

3 Na altura, o poeta Ruy Belo residia há cinco anos em Madrid, onde inclusive assina o texto introdutório ao livro a 14 de Fevereiro de 1976. Jorge Guerra também era emigrante, estava desde 1970 radicado no Canadá, para onde foi depois de seis anos residindo em Londres, onde se formou na London Film School. Aliás, ambos eram alvitres do “problema da emigração” a que Ruy Belo se refere na introdução de *Os Poucos Poderes* (embora de um outro tipo de emigração, nomeadamente decorrente da conjuntura política do país) e que está presente ao longo das composições que acompanham as imagens (emigração, esta sim, referente sobretudo à grande mão de obra do setor primário).

malas, transeuntes no passeio à beira do Tejo ou grupos de amigos sentados nos pilares próximos ao rio. Quer dizer, as fotos tangenciam a “Necessidade de quem resta / pela margem do rio.”, como assinala João Miguel Fernandes Jorge (1984: 30), no poema para a sétima foto, onde vemos passageiros à espera para embarcarem no cais. São esses os tipos humanos que povoam a “Lisboa das gaivotas das tristezas das derrotas”, como escreve Ruy Belo (1984: 39) para a 11ª imagem. E continua: “quem te não viu lisboa não terá talvez visto coisa boa / porém que morra aí tanta pessoa é que se não perdoa / cidade destruída que destróis a minha vida / ave que vens do meu país vem ter comigo e diz- / -me se acaso o meu povo já nasceu de novo” (*idem*, p. 39). Assim, pouco a pouco vamos percebendo que *Os Poucos Poderes* se torna, afinal, o registro de um povo “Que olha de viés talvez a sua condição de português” (cf. *idem*, p. 39). Para Celso Martins, são aquelas as *imagens* que ficam da “fotogenia do impasse português dos anos 1960”, manifestada em sua “enorme melancolia, ora serena ora encurralada” (*Expresso On.line*, 2000).

2.

Nos anos 1960, em que a população portuguesa não chegava a nove milhões, mais de um milhão de portugueses se encontrava emigrado, dentre os quais 119 mil nas colônias e 165 mil em países europeus⁴. Já nos anos 1970, marcados pelo declínio do salazarismo e pelo fim da Guerra do Ultramar na África, pelo 25 de Abril e pelo período pós-revolução, cerca de 1,6 milhão de portugueses não residia no país, o que representava 18% da população na época. O destino de mais de 300 mil foi as colônias (ou, a partir de 1974, ex-colônias). Cerca ainda de 470 mil emigraram para países europeus (cf. cf. *Relatório Estatístico da Emigração Portuguesa*, 2014). Portugal era um país suplantado pelo declínio em razão do enfraquecimento absoluto do setor agrícola (acarretando a redução de 1/6 a 1/4 da população de certos distritos interiores e a diminuição demográfica entre 1960 e 1970 [cf. Saraiva & Lopes 1996: 994]), a estagnação do desenvolvimento industrial, a acentuação das assimetrias de desenvolvimento regional, o crescimento da dependência econômica ou tecnológica e da inflação (que chegou a 30% no último ano do regime salazarista). Esses fatores, haja vista,

[...] ressaltam sobre o plano de fundo das guerras coloniais, mantidas através de dependências diplomáticas e de cedências a transnacionais, e com o perfilar-se de uma grande catástrofe a maior ou menor prazo. Mas as transformações mais radicais (descolonização, nacionalização dos monopólios nacionais, reforma agrária, forte dinamismo sindical, intervenções estatais em empresas mais ou menos abandonadas) não chegam à instauração da economia socialista que se advogou em 1975, e cedem lugar à recuperação econômico-social capitalista, que prevê a plena integração concorrencial no Mercado Comum Europeu a partir de 1993 (Saraiva & Lopes 1996: 994 e 995).

4 Lemos no *Relatório Estatístico da Emigração Portuguesa*, de 2014 (p. 77): “Muitos dos portugueses emigrados nos anos 1950 e 1960 adquiriram a nacionalidade francesa, americana, canadiana ou brasileira (Pires e outros 2010). Nos últimos cinco anos foi em França que mais portugueses se naturalizaram, em média cerca de 5,200 por ano. Seguiram-se os portugueses naturalizados na Suíça e nos EUA. Estes três países coincidem com os países onde residem mais portugueses, podendo concluir-se que a fixação tem conduzido à naturalização”.



Trabalhos recentes, como os de José Carlos Marques e Pedro Góis (2011) e de Beatriz Padilla e Alejandra Ortiz (2012), apontam que a adesão de Portugal, em 1986, à Comunidade Econômica Europeia (que daria origem à União Europeia, em 1993) inaugurou uma nova fase de mudanças significativas tanto nos movimentos migratórios quanto nas políticas migratórias do país. A partir de 1986, Portugal se tornou um destino política e economicamente atrativo para imigrantes, especialmente depois da assinatura do Acordo de Schengen, que facultou a criação da cidadania europeia e de um espaço europeu de circulação. Segundo Padilla & Ortiz (cf. 2012: 164), referenciando os estudos de Emilio Reyneri, as singularidades do fluxo migratório de Portugal naquele período, em relação ao de outros países europeus do Sul, estão relacionadas ao fato de se tratar de um país que precisava tanto de mão de obra qualificada quanto de mão de obra não qualificada, em razão de um deficiente sistema educativo vernáculo e da emigração de portugueses menos qualificados para os países da Europa do Norte e Central.

Marques & Góis (2011: 214) assinalam: “De histórico e estrutural país de emigração, Portugal passou, durante a década de 90, a ser reconhecido e proclamado (científica e, sobretudo, politicamente) como país de imigração, para, recentemente, se redescobrir novamente como país de emigração”. Neste sentido, na esteira de uma das mais importantes estudiosas do tema, Maria Baganha, verifica-se a sedimentação de “um sistema migratório lusófono que interage a diferentes níveis e em diferentes momentos com outros sistemas migratórios de escalas distintas” (*ibid.*). Quer dizer, Portugal vai se consolidando como “um país em que a emigração é, se não uma ‘constante estrutural’, pelo menos uma ‘válvula estrutural’” (*ibid.*). Padilla & Ortiz (2012: 163) ainda corroboram que, ao longo da década de 1990, os fluxos migratórios se tornaram mais complexos e começaram a divergir dos anteriores, “sentando as bases dos fluxos que caracterizariam o início do novo século”.

É bastante expressivo que entre 1960 e 2010 a percentagem de emigrantes portugueses vivendo na Europa tenha passado de 16% para 67%, saltando de 165 mil para mais de 1,5 milhão (cf. *Relatório Estatístico da Emigração Portuguesa* 2014). A população permanente portuguesa em outros países, entre 1985 e 2010, mais do que duplicou, indicando claramente que a emigração continua a ser uma realidade para muitos portugueses (cf. Marques & Góis 2011: 221). Se tomarmos este mesmo intervalo de tempo, veremos que, com a crise econômica experimentada em alguns dos potenciais países de destino e com o desenvolvimento de formas migratórias de caráter temporário, houve um aumento expressivo de emigrantes portugueses em países – dentre eles, Suíça, Andorra, Espanha e Reino Unido – onde não se constatava anteriormente grandes afluentes migratórios lusófonos, o que revela a criação e consolidação de novos pólos de destino. É por isso que Padilla & Ortiz (cf. 2012: 161 e 162) chegam mesmo a considerar que, além da fase transatlântica (predominantemente para o Brasil), que perdurou até finais da Segunda Guerra Mundial, e da fase constituída pela primeira vaga intraeuropeia (sobretudo para França e Alemanha), na década de 1960 e até meados da década de 1970, a emigração portuguesa se estende por mais outras duas fases: a segunda vaga europeia após a adesão à União Europeia (destinos até então pouco procurados, como acabamos de ver, e que oferecem novas modalidades trabalhistas, com contratos temporários e precarização das condições de trabalho); e, depois, a mais recente fase da globalização e intenso período de crise econômica (recentes migrações de trabalhadores qualificados, que se direcionam principalmente para Brasil, Angola e Moçambique).

Em 2010, já eram 2,3 milhões de portugueses emigrados, 67% em países europeus (cf. *Relatório Estatístico da Emigração Portuguesa* 2014: 44), num fluxo favorecido pela livre circulação no espaço Schengen e pelos então processos de globalização que vieram acentuar em todo o mundo o trânsito migratório.

[...] com a globalização, o desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação, o aparecimento das companhias de aviação *low cost*, e a flexibilização generalizada de formas de contratação laboral (e.g. os subempregados), as migrações portuguesas ganham novas formas, menos permanentes, mais temporárias ou mesmo circulares. Na realidade, a emigração temporária vai constituir uma característica marcante dos fluxos de saída para diferentes países europeus desde a década de 80 (Marques & Góis 2011: 223).

Recordemos que a entrada de Portugal, nos anos 1980, na Comunidade Económica Europeia viabilizou que se fosse tecida uma malha de “dependência estrangeira”, como há pouco vimos Óscar Lopes mencionar, que assegurou a formação de uma ecologia económica que veria o seu colapso nos anos 2000, atingindo o período crítico com a Crise de 2008. Segundo o economista Álvaro Santos Pereira, pensando nesta nova vaga, “estamos a falar de números que não tínhamos desde a década de 70 do século passado e que são muito significativos para um país pequeno” (*Diário de Notícias* 2010). Na década passada, dos 700 mil portugueses que emigraram, 50 mil a cada ano correspondem a jovens entre os 15 e os 29 anos (cf. *Diário de Notícias* 2014). Os países de destino foram, sobretudo a partir de 2003, Suíça, Espanha, Reino Unido e Luxemburgo. Desde 2007, as saídas rumo a Angola quase dobraram: 23 mil em 2008, e mais de 40 mil em 2009 (cf. *Diário de Notícias* 2010).

Na distinção do cenário atual para os anteriores, vem ganhando enfoque midiático o fato de a mão de obra jovem qualificada constituir, atualmente, uma parcela bastante significativa da população portuguesa que emigra. O que se configura como um perfil muito distinto daquele que Maria Baganha, em 1994, descreve da emigração portuguesa no século XX. Segundo a investigadora, tratou-se “essencialmente [de] uma emigração económica constituída por migrantes com pouca ou nula qualificação profissional ou técnica” (Baganha 1994: 969). E acrescenta: “o crescimento económico dos anos 60 não deve ter sido prejudicado pelas saídas maciças verificadas durante este período, dado que a percentagem de pessoal científico e técnico na população activa era, comparativamente com outros países europeus, demasiado escassa para enquadrar uma força de trabalho industrial superior à existente” (*ibid.*).

Neste Portugal atual, passou a existir uma certa descrença na capacidade de se “construir uma sociedade melhor” a partir da democratização do ensino superior. O país investiu, nas últimas décadas, em políticas públicas que permitissem que considerável parte da população pudesse ter acesso a níveis mais elevados de educação; entretanto, parte expressiva desse investimento já não se traduz em retornos sociais, uma vez que o mercado de trabalho português, deficiente na absorção de recursos humanos de baixa qualificação, também não responde à oferta de mão de obra jovem qualificada. De modo que, se estamos hoje diante de uma nova vaga da emigração portuguesa com níveis próximos aos dos anos 1960 e 1970, como mencionou Álvaro Santos Pereira, é preciso atentarmos para o fato de que esta conjuntura atual começa a ser vista pelos especialistas como mais inactiva do que as anteriores. “Pode ser mais prejudicial porque inclui



uma fuga de cérebros e porque, combinada com a baixa natalidade, é uma bomba-relógio para a sustentabilidade da Segurança Social”, sublinha ainda o economista (*Diário de Notícias* 2010).

Sobre essa “fuga de cérebros” muito se tem discutido desde os anos 1960, quando a expressão passou a ser utilizada. Naquele primeiro momento, os “cérebros” correspondiam a “profissionais altamente destacados, não só pelo seu nível de formação, mas, sobretudo, pelo nível de qualificação e pelo alto nível de desempenho profissional, reconhecido no seio do respectivo mercado”, apontam Araújo & Ferreira (2013: 58). Tal referencial ajudou a sustentar uma nova perspectiva que concorria paralelamente à noção de “fuga de cérebros” associada aos fluxos migratórios de países menos desenvolvidos em direção a países mais desenvolvidos (tecnológica e industrialmente). Aquela nova perspectiva previa que “a saída em grande volume de população qualificada de um país (mais) desenvolvido, para outro localizado na mesma posição, não é sinal de ‘fuga de cérebros’ [no sentido negativo que a expressão possa adquirir], mas de mobilidade e de circulação de pessoas, capitais e culturas, com potencial de ganho para todas as partes envolvidas” (*idem*, p. 59). Eis que esse discurso acabou por ser favorecido, então, pela ideia de que os fluxos migratórios são uma realidade corrente em todo o mundo e que, incontornavelmente, seriam intensificados pelo aceleramento da globalização, o que contribuiu para que muitas vezes o processo fosse naturalizado como fruto irreversível do desenvolvimento. Os estudiosos detectam que esta se torna uma perspectiva ainda mais recorrente nos discursos políticos de países que se inserem em um contexto geopolítico desenvolvido mas que, como ocorre no caso de Portugal, possuem dificuldades em aceder a posições centrais nos domínios da ciência, da tecnologia, da inovação, da competitividade.

Com a mais recente crise no final dos anos 2000, marcada pela recessão de várias economias do globo, a expressão “fuga de cérebros” voltou a ocupar amplamente as agendas midiáticas e os debates públicos em Portugal, que previam inclusive a discussão em torno da “necessidade de emigrar” e do “direito a não emigrar”. Os discursos representativos do governo, entretanto, como mostram Araújo & Ferreira, continuaram a dar preferência ao termo “mobilidade” em vez de “fuga de cérebros”. Acontece que nesta altura, quer nos discursos políticos, populares ou científicos, todavia, a alusão aos “cérebros” já não se referia apenas àquela tipologia de profissionais de alta qualificação de outrora, mas a “vários outros com ensino superior, recém-licenciados e sem desempenhos ou sem formações tão elevadas” (cf. *idem*, p. 269). Os estudiosos assinalam que, com o aprofundamento da crise, tornou-se mais visível para toda a sociedade que a emigração é consequência da necessidade de procurar emprego, e não tão somente da busca por melhores oportunidades de autorrealização, como se enunciava em muitos discursos de antes, e de assegurar, assim, condições de sobrevivência individual e familiar (cf. *ibid.*). Acabou por ficar cada vez mais perceptível, afinal, que a saída desses profissionais, por um lado, é sintoma da incapacidade do sistema político português de proteger determinados interesses nacionais e, por outro, evidencia o domínio de outros países na capacidade de atração de mão de obra jovem, com ou ainda sem ensino superior, mas com elevadas expectativas de autorrealização profissional (característica, aliás, que vem sendo apontada como proeminente nessa *Millennial Generation*).

Portanto, a volatilidade do conceito de “fuga de cérebros”, que atravessa o mesmo intervalo temporal que perscrutamos a partir de *Os Poucos Poderes*, ajuda-nos a perceber que

[...] as mobilidades e as migrações são não só realidades que demonstram a forma como os recursos, os capitais e as oportunidades de vida se distribuem no espaço. São, designadamente, fios condutores das identidades nacionais, não apenas expressas no modo como uma sociedade se pensa e se avalia a si própria, mas também no modo como ela reflecte os discursos veiculados sobre si no estrangeiro (Araújo & Ferreira 2013: 60).

Se retomarmos, então – a caminho do desfecho deste trabalho, em que estas questões, longe de se esgotarem, se abrem a tantas outras reflexões –, a interessante contextualização feita por António Saraiva e Óscar Lopes⁵, observaremos que:

É particularmente sensível na cultura portuguesa uma certa perplexidade de projeto nacional. Falhou a última pretensão (c. 1945–1974) de um espaço económico relativamente autárquico, assente nas colónias e na directa repressão salarial. Passou a situação pré-revolucionária de 1974–1975. Decorre o processo de inserção do país num largo bloco de redes económicas transnacionais, a da CEE, onde, à partida, assentará basicamente em sectores de baixo salário e de baixa produtividade, sem dispor nem da capacidade autodeterminativa de um dinâmico sector público, nem de significativas concentrações comparáveis às de 1975, que apenas, provavelmente, se poderão reconstituir numa situação de dependência estrangeira. Não admira que na literatura portuguesa contemporânea predominem uma atitude de retrospecção ou perplexidade e tentações epigonais de adaptação a uma consciência de periferia “europeia” (Saraiva & Lopes 1996: 995).

Repitamos o final deste trecho: “Não admira que na literatura portuguesa contemporânea predominem uma atitude de retrospecção ou perplexidade e tentações epigonais de adaptação a uma consciência de periferia ‘europeia’”. É precisamente aqui que *Os Poucos Poderes* se inscreve. Na sua potencialidade de “datado”, vai se tornando a manifesta consciência dessas *falhas* ao longo dos tempos: a década de 1960 em que as fotografias foram feitas, os anos 1970 e a produção textual para as imagens, os anos 1980 em que finalmente o livro veio a ser publicado e as demais décadas que o atualizam, numa espécie de eclipse proporcionada pela recursividade do problema. À recursividade, aliás, curiosamente recorrem os dois poetas de *Os Poucos Poderes* para escreverem os seus versos finais. “Assim vivemos muito tempo”, diz João Miguel Fernandes Jorge, em tom de continuidade. “Vem meu estranho amigo ver comigo / este estranho país que se a mim porventura já bem pouco diz / pode falar-te a ti e assim entenderes os poucos poderes”, encerra Ruy Belo com o convite de retorno à obra. Obra que, afinal, nos convida a tentar perceber o insistente retorno do problema.

5 Para um estudo detalhado, ver o trabalho de Michel Poinard “Emigrantes portugueses: o regresso”, publicado na revista *Análise Social*, em 1983.

Referências bibliográficas:

- Araújo, E. & Ferreira, F. (2013). A “Fuga de Cérebros”: um discurso multidimensional. In *Para um debate sobre Mobilidade e Fuga de Cérebros*. Braga: Universidade do Minho.
- Baganha, M. (1994). As correntes emigratórias portuguesas no século XX e o seu impacto na economia nacional. *Análise Social*, 128 (XXIX), 959–980.
- Belo, R. (2009). *Todos os Poemas*. (3.ª ed.). Lisboa: Assírio & Alvim.
- Guerra, J., Jorge, J. M. F. & Belo, R. (1984). *Os Poucos Poderes*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Jesus, P. (2014, 11 de Agosto). Portugal perdeu quase meio milhão de jovens numa década. *Diário de Notícias*, <http://www.dn.pt/inicio/portugal/interior.aspx?content_id=4073365>.
- Lobo, J. & Belo, R. (1969, 25 de Julho). *Flama*, 1116 (XXVI), 35–39.
- Marques, J. C. & Góis, P. (2011). A evolução do sistema migratório lusófono. Uma análise a partir da imigração e emigração portuguesa. *Revista Internacional em Língua Portuguesa*, 24, 213–231.
- Marques, L. (2006). Introdução à obra de Jorge Guerra. *Catálogo do Centro de Arte Moderna da Fundação Calouste Gulbenkian*, <<http://www.jorgeguerraphotography.com/introduction/introduction.html>>
- Martins, C. (2000). A obra de arte não deve ser mitificada – Entrevista a Jorge Guerra. *Expresso On.line*, <<http://manuelcarvalho.8m.com/Jorge%20Guerra.html>>
- Neves, C. & Naves, F. (2010, 28 de Novembro). Emigraram 700 mil portugueses na última década. *Diário de Notícias*, <http://www.dn.pt/inicio/portugal/interior.aspx?content_id=1722201>
- Padilla, B. & Ortiz, A. (2012, Julho a Dezembro). Fluxos migratórios em Portugal: do boom migratório à desaceleração no contexto de crise. Balanços e desafios. *Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana*, 39 (XX), 159–184.
- Pires, R. P., Pereira, C., Azevedo, J. & Ribeiro, A. C. (2014). Emigração Portuguesa. *Relatório Estatístico 2014*, Lisboa, Observatório da Emigração e Rede Migra, Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), CIES-IUL e DGACCP, <http://www.observatorioemigracao.secomunidades.pt/np4/?newsId=3924&fileName=OEm_EmigracaoPortuguesa2014_RelatorioEst.pdf>
- Poinard, M. (1983, Janeiro-Junho). Emigrantes portugueses: o regresso. *Análise Social*, 75 (XIX), 29–56.